



INFORMATIVO

O TUIUTI



**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)**

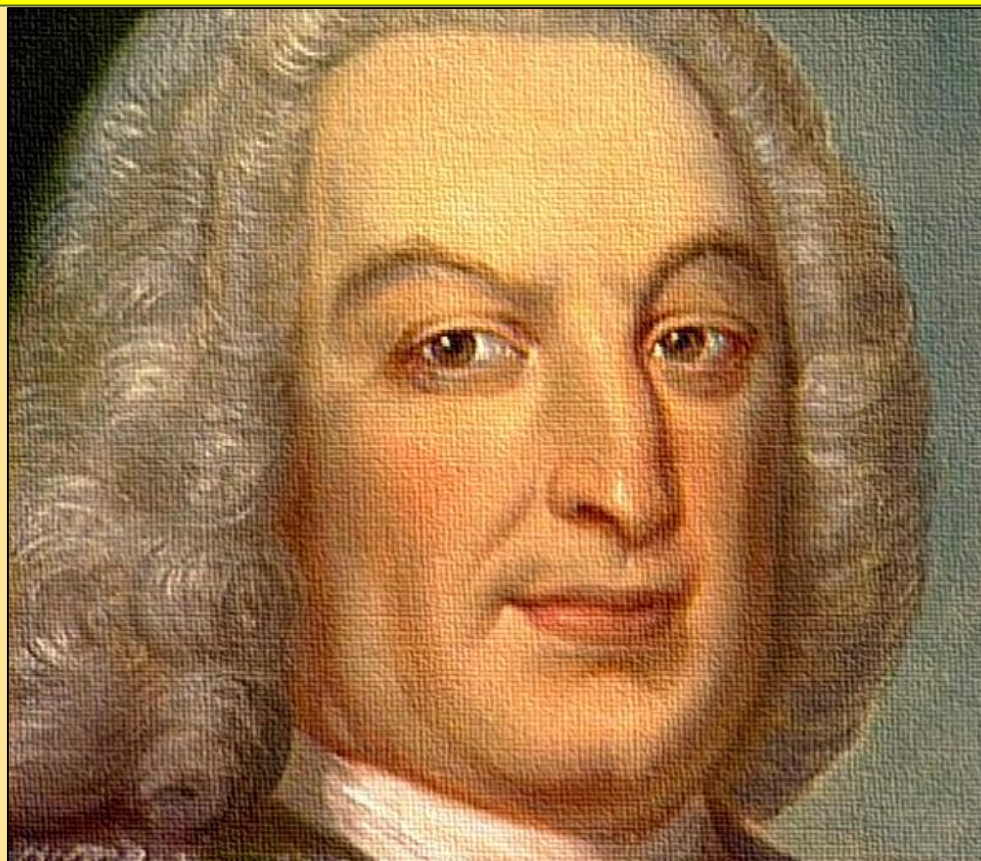
2026 – 11 de julho

520 anos da confirmação e aprovação do Tratado de Tordesilhas – 500 anos da descoberta do Rio São Francisco – 470 anos da morte de Santo Ignácio de Loyola – 410 anos da fundação do Forte do Presépio, futura Santa Maria de Belém do Grão Pará – 400 anos da travessia do Rio Uruguai pelo padre Roque Gonzalez de Santa Cruz – 350 anos da instalação do Bispado do Rio de Janeiro – 350 anos do início da fundação de Laguna, hoje SC – 330 anos da fundação da Escola de Artilharia e Arquitetura Militar em Salvador – 300 anos da fundação da Ilha do Desterro, hoje Florianópolis e de Fortaleza, CE – 250 anos da retomada da Vila de Rio Grande aos espanhóis – 230 anos do 2º Tratado de Santo Ildefonso – 220 anos do Bloqueio Continental imposto por Napoleão – 210 anos da Campanha da Cisplatina – 200 anos do falecimento da Imperatriz Dona Leopoldina – 190 anos da Proclamação da República Riograndense – 170 anos da mudança de nome da cidade de Barra do Rio Negro para Manaus – 160 anos da invasão do Paraguai pela Tríplice Aliança, Batalha de Tuiuti e morte de Antônio de Sampaio – 140 anos de falecimento de Mallet – 120 anos da reformulação das FA e da regulamentação do Serviço Militar Obrigatório – 110 anos do final da Guerra do Contestado – 80 anos da Primeira Assembleia Geral da ONU.

2026

Julho

Nº 510



PERSONAGENS HISTÓRICOS
SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO
CONDE DE OEIRAS - MARQUÊS DE POMBAL

“O cultivo das atividades literárias constitui a base de todas as ciências, e em seu aperfeiçoamento consiste a reputação e a prosperidade dos reinos”.

Marquês de Pombal

Luiz Ernani Caminha Giorgis (*)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Estamos na Vila de Sernancelhe¹, no dia 13 de maio do ano de 1699. Neste local e dia nasceu um menino que se tornaria, no século seguinte, um dos homens mais importantes da História de Portugal.

Filho de Manuel de Carvalho e Ataíde e de Dona Teresa Luísa de Mendonça e Melo, ao menino foi dado o nome, e registrado, de Sebastião José de Carvalho e Melo. Herdou ele o nome de seu avô, falecido em 19 de janeiro de 1719 na freguesia das Mercês.

O pai, Manuel, era de marinha e serviu nas armadas da costa portuguesa. Foi também Capitão de Cavalos (Coudel). Seus avoengos remotos foram um padre e uma mulher afrodescendente, talvez escrava, chamada Maria Fernandes (Domingues, 1963, p. 28).

O recém-nascido, primogênito do casal Manuel e Teresa, trazido para a capital, foi batizado 24 dias depois do nascimento, em 6 de junho, na Capela das Mercês, Lisboa.

Sebastião foi o mais velho de doze irmãos. Destes, destacaram-se na história portuguesa Paulo Antônio de Carvalho e Mendonça (1702-1770), um clérigo que desempenhou as funções de monsenhor da Sé Patriarcal de Lisboa, e Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1701-1779)². Ambos foram fiéis colaboradores do irmão.

Conforme informações da Internet, apesar do berço nobre, a família não possuía grandes quantias de dinheiro. Sebastião, na juventude, estudou Direito na Faculdade de Leis e na Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra³, e serviu no exército durante um curto período quando chegou à graduação de cabo-de-esquadra⁴.

¹ Vila portuguesa localizada na sub-região do Douro, pertencendo à região do Norte e ao distrito de Viseu. É sede do município homônimo.

² Foi governador geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão de 1751 a 1759.

³ Mário Domingues, escritor luso, nega esta possibilidade.

⁴ Comandante de uma das duas esquadras do Grupo de Combate (GC) das tropas de Infantaria. Hoje, simplesmente, Cabo.

Já voltando a residir na capital, Sebastião José tornou-se um homem conhecido como “turbulento” até se casar, em 1723, com Dona Teresa Maria de Noronha e Bourbon Mendonça e Almada, uma senhora da sociedade lisboeta, sobrinha do Conde dos Arcos – Dom Luís de Lima e Brito Nogueira. Esta senhora, já era viúva de Antônio Mendonça Furtado⁵ e 10 anos mais velha que Sebastião José. O casal não teve filhos.

Ajudado pelo tio - Paulo de Carvalho, Sebastião (imagem acima) aproximou-se da corte portuguesa e passou a trabalhar na área diplomática. Em algum momento da vida recebeu ele a alcunha de “Cabeleira” e assim ficou conhecido.

Em 1737, com a morte do tio, Sebastião José recebeu um morgadio⁶ em Oeiras e em Sintra.

No ano seguinte começou a brilhar a estrela de Sebastião José. Ele foi nomeado, pelo rei Dom João V, ministro⁷ de Portugal em Londres. Contava 39 anos de idade.

Os grandes eventos da vida deste personagem moldaram-lhe o espírito. Foram eles:

- a nomeação para ministro em Londres;
- o falecimento de sua esposa em 1739;
- a nomeação para ministro em Viena em 1745;
- o casamento em Viena com a nobre austríaca Eleonore Ernestine Eva Wolfganga Gräfin von und zu Daun auf Sassenheim und Callaborn;
- o retorno a Portugal em 1749 por concluída a missão em Viena;
- os nascimentos de seus sete filhos com Eleonore Daun;
- a morte do Rei Dom João V e a posse de Dom José I;
- a nomeação para Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, cargo homólogo ao atual primeiro-ministro. Este foi, com certeza, o evento mais importante;
- o terremoto de Lisboa em 1755, quando sua performance no governo foi notável;
- a tentativa de regicídio em 1758, seu contexto e seus desdobramentos;
- a concessão do título de Conde de Oeiras em 1759;
- a contratação do Conde de Lippe para as reformas militares em Portugal⁸;
- a concessão do título de Marquês de Pombal em 1769;

⁵ Não confundir com Antônio Carlos Furtado de Mendonça (1728-1803) militar e administrador colonial português que foi, no Brasil, Comandante do Regimento de Moura.

⁶ Que pertence ao diz respeito ao morgado. Conjunto de bens de um morgado. Morgado ou morgadio: forma de organização familiar que cria uma linhagem, bem como um código para designar os seus sucessores, estatutos e comportamentos.

⁷ Embaixador.

⁸ Conforme o Dr. Corálio Bragança Pardo Cabeda, o Conde de Oeiras consultou a aliada Inglaterra para as reformas nas FA portuguesas. Londres indicou o Conde Guilherme de Schaumbourg-Lippe (Friedrich Wilhelm Ernst zu Schaumbourg-Lippe), militar competente, atualizado com o estado da arte e discípulo de Frederico II. O Conde de Lippe desembarcou em Lisboa em 3 de julho de 1762, acompanhado de dois batalhões suíços e de um grupo de oficiais, entre os quais os coronéis João Henrique Böhm e Diogo Jacques Funk, que teriam papel de destaque na reconquista da Vila de Rio Grande e da Ilha de Santa Catarina aos espanhóis no RS em 02 Abr 1776. Comissionado como Marechal-General, o Conde de Lippe passou a desenvolver intensa atividade no reerguimento do exército português, tendo de enfrentar e vencer muitos obstáculos, como a má vontade dos vedores, intendentess encarregados dos suprimentos e pagamento da tropa, e a resistência passiva de oficiais.

- a decisão de mandar construir o Forte Príncipe da Beira na Amazônia⁹;
- a morte do rei Dom José I, a 24 de fevereiro de 1777, a aclamação de Dona Maria I e a perda de suas funções; e
- a Viradeira, política de reversão das obras, leis e ordens de Pombal em todos os 27 anos nos quais foi Secretário de Dom José I.

O PRIMEIRO MINISTRO E O BRASIL

Embora nunca tenha colocado os pés na colônia brasileira, Sebastião José de Carvalho e Melo fez valer a sua autoridade e muito fez pelo Brasil. Suas obras foram relevantes para o progresso da colônia e algumas ainda se fazem sentir, mesmo 276 anos depois da sua posse como o homem mais poderoso da corte de Dom José I.

Vejamos, de maneira bem objetiva, quais foram essas providências, ordens, cartas-régias, leis, decretos, etc. pelo menos as principais. Neste ítem, nos utilizaremos da obra: FRANCO, José Eduardo; OLIVEIRA, Luiz Eduardo. O Marquês de Pombal e a Unificação do Brasil. Lisboa: Livraria Bertrand, Temas e Debates, 2024.

De maneira genérica, as grandes obras de Pombal foram, entre outras, a erradicação de focos de oposição e experiências de controle do território português; a redefinição da geografia colonial de tutela política ibérica; e a estatização da administração de toda a América portuguesa.

Objetivamente, as seguintes:

- a imposição de uma língua única, o português, e a proibição de outros idiomas nativos;
- o estabelecimento do ensino público, em detrimento das instituições privadas, nomeadamente os muitos colégios dos Jesuítas então extintos;
- a criação de companhias monopolistas para controle pleno do Estado, através de uma oligarquia de poder econômico, para ter sob a alçada da Coroa os setores vitais da economia;
- a manutenção de uma política de ensino superior elitista e centralista que manteve apenas uma universidade na metrópole, obrigando os estudantes brasileiros a obter os graus acadêmicos em Coimbra;
- a difusão de uma propaganda que fazia uma releitura histórica de um passado decadente dominado pelos Jesuítas;

⁹ O Real Forte Príncipe da Beira, localizado em Costa Marques (RO), às margens do rio Guaporé, é a maior edificação militar portuguesa construída fora da Europa. Erguido entre 1776 e 1783, foi um pilar da política do Marquês de Pombal para demarcar e proteger as fronteiras na Amazônia contra incursões espanholas. O nome homenageia Dom José de Bragança, o Príncipe da Beira e herdeiro da Coroa. A Política Pombalina foi a de erigir o forte estrategicamente posicionado, após o Tratado de Madrid, o qual serviu para garantir a soberania territorial portuguesa na bacia amazônica. Com quase 1 km de extensão, a fortaleza possui impressionantes muralhas e quatro baluartes projetados para defesa tática. O monumento é tombado pelo Iphan desde 1937 e recebeu o título de Proteção Reforçada da UNESCO. O Exército Brasileiro mantém uma guarnição no local e conduz trabalhos de conservação. Neste ano de 2026 o forte completa 250 anos do início da construção.

- a afirmação da bondade da política iluminista, que teria instaurado um tempo novo e gerado um homem novo, liberto dos grilhões do obscurantismo e da falta de liberdade pensante;
- diversas leis de 1757 e 1758 impondo a defesa da liberdade dos índios, dentre as quais a Lei do Diretório, de 27 de agosto de 1758¹⁰;
- a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em agosto de 1755;
- junto com a anterior: apoio à livre iniciativa do comércio dos índios;
- no campo cultural, a reforma da Universidade de Coimbra;
- a abolição dos últimos direitos feudais e reversão das capitanias restantes para o Estado português;
- a emancipação dos índios do Pará e do Maranhão e, em seguida, de todos do Brasil;
- a expulsão dos jesuítas em 1759 e derrota de seus planos antinacionais (a primeira missão jesuítica no exterior aconteceu no Brasil);
- a revogação da administração temporal conjugada com a administração espiritual nas mãos de religiosos missionários (jesuítas e de outras ordens);
- o fim dos aldeamentos missionários, entendidos como princípios de separatismos;
- aumento das facilidades para viagens do e para o Brasil;
- a criação das companhias gerais de comércio tais quais as do Pará, Maranhão, Pernambuco e Paraíba;
- a vinda para o Brasil dos discípulos do Conde de Lippe os quais introduziram muitos melhoramentos nas forças militares luso-brasileiras (ver nota de rodapé nº 8).
- elevação da colônia ao status de vice-reinado com a mudança da capital para o sul¹¹, bem como a criação de órgãos reguladores de governo e também de escolas públicas;
- o aumento do cuidado com as questões de fronteiras ao sul e ao norte (ver nota 9);
- o reforço da política de impostos sobre o ouro: antes de circular, o ouro minerado precisava passar por um reconhecimento governamental. Então, ele era fundido e 20% do total - um quinto - já acabava automaticamente retido com a cobrança de impostos. Era o chamado "quinto dos infernos", na expressão popular, que já existia desde o século XVI.

¹⁰ A Lei do Diretório (ou Diretório dos Índios), oficializada por um alvará de 17 de agosto de 1758 (embora originalmente publicada em 1757), foi uma política pombalina que extinguiu o poder temporal dos jesuítas. Ela transformou os aldeamentos em vilas e impôs a integração forçada e assimilação cultural dos indígenas à sociedade portuguesa. A legislação implementou mudanças drásticas no cotidiano das comunidades nativas: - os missionários foram substituídos por "diretores" leigos, que controlavam a vida civil, o trabalho e a economia dos aldeamentos; foi decretada a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa, proibindo o uso da "Língua Geral" (tupi); os indígenas passaram a ser considerados súditos da Coroa, devendo trabalhar para particulares ou para o Estado, recebendo salários administrados pelo diretor; o Diretório estimulava o casamento entre indígenas e colonos brancos com o objetivo de "abrasileirar" e apagar as distinções culturais. Estas diretrizes foram elaboradas pelo irmão do Marquês de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, inicialmente para o Estado do Maranhão e Grão-Pará, e estendidas para o restante do Brasil. O documento completo está disponível no artigo acadêmico sobre o Diretório de 1758 da USP.

¹¹ Transferência da capital da colônia para o Rio de Janeiro, oficializada em 1763.

CONCLUSÕES

Sebastião José de Carvalho e Melo foi um homem destemido, bipolar (não no sentido psiquiátrico), cruel, autoritário, despótico, relativamente esclarecido, iluminista, controverso, estadista, diplomático, combinou monarquia absolutista com o racionalismo iluminista, ditatorial, prospectivo, centralizador, polarizador, patriota, nacionalista, educador, etc.

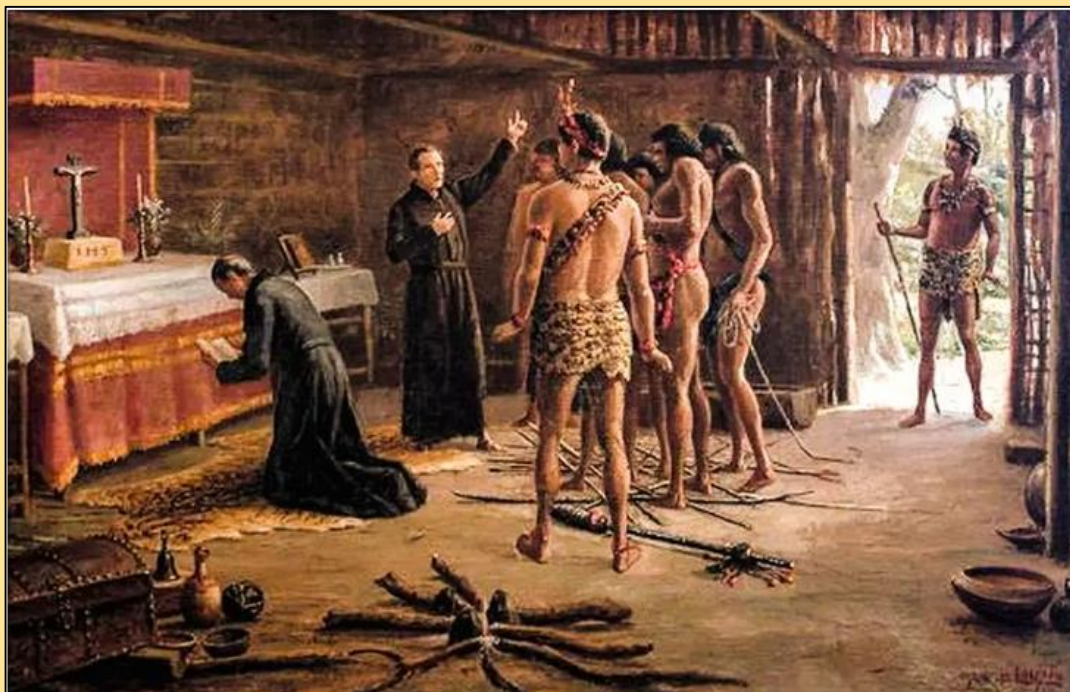
Muitas realizações suas, em Portugal e no Brasil, existem até hoje ou, pelo menos, os seus reflexos. Salvo melhor juízo, o Brasil muito deve ao Marquês de Pombal.

Basta andar por Lisboa, pelos museus, e se poderá comprovar o que representou Pombal para a formação de Portugal no século XVIII e seguintes. A presença dele é inegável.

O monumento abaixo teve uma grande motivação: as obras de Pombal em função do terremoto e do tsunami que atingiram Lisboa e arredores em 1755.



Ao lado, o maior monumento dedicado a um governante português erigido no centro de Lisboa. Fonte: Franco; Oliveira (2024), caderno de imagens.



Ao lado, de autoria desconhecida, os indígenas tomando conhecimento da decisão pombalina de expulsão dos religiosos das missões.



Ao lado, o Conde de Lippe, em gravura de Samuel William Reynolds (1773-1835), com base num quadro do pintor inglês sir Joshua Reynolds (1723-1792), representando o conde de Schaumbourg-Lippe, marechal general do exército português de 1762 até à sua morte em 1777.



Acima: imagem aérea do Real Forte Príncipe da Beira. Fonte: Internet/Google

Fontes:

CABEDA, Corálio Bragança Pardo. A sombra do Conde de Lippe no Brasil: os artigos de guerra. In: www.acadhistoria.com.br (Outros Textos), acesso em 28/06/2026.

FRANCO, José Eduardo; OLIVEIRA, Luiz Eduardo. O Marquês de Pombal e a Unificação do Brasil. Lisboa: Lisboa: Livraria Bertrand, Temas e Debates, 2024.

DOMINGUES, Mário. O Marquês de Pombal – O homem e sua época. Lisboa: Romano Torres, 1963, 2ª edição.

(*) Coronel de Infantaria e Estado-Maior Veterano do Exército Brasileiro.

#####

A GLORIOSA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

Em 30 de maio, p.p., faleceu, aos 108 anos, o tenente-coronel Nestor da Silva, notável herói da FEB. Já havíamos nos referido, noutro artigo desta série, a esse destemido militar, promovido de 2º sargento a 2º tenente, quando da batalha de Montese, por bravura pessoal em combate (!), após um telefonema do próprio general Mascarenhas de Moraes. Tivemos a oportunidade de conversar, por diversas vezes, na Capital Federal, com tão audaz febiano que, aos 47 anos de idade, foi brevetado paraquedista militar, tendo servido na Brigada de Infantaria Paraquedista. Tornamos a recordar de uma cerimônia ocorrida no Batalhão da Guarda Presidencial - Batalhão Duque de Caxias. Ao ser convidado para hastear o Pavilhão Nacional, o tenente-coronel Nestor desceu do palanque e se dirigiu ao local do hasteamento em passo acelerado e, após o ato, retornou ao seu lugar, igualmente em acelerado, e sob vibrantes aplausos. De outra feita, em uma palestra no Colégio Militar de Brasília, ao ser anunciado, o auditório prorrompeu em ressonantes e prolongados aplausos à sua pessoa. E com voz firme e serena, sem jactância, sem qualquer exibicionismo, na simplicidade que o caracterizava, narrou alguns de seus lendários feitos na Itália. Ele foi um belo e histórico exemplo de lídimo e heroico patriota, cuja memória necessita ser preservada!! Requiescat in Pace, bravíssimo tenente-coronel Nestor da Silva!!

No artigo anterior, transcrevemos a patriótica "Proclamação" a oficiais e praças do Exército, de 21 de agosto de 1942, do ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, na qual essa alta autoridade explicita, realistamente, a situação do país, após o afundamento de vários de nossos navios mercantes. E, a seguir, também transcrevemos outro documento do citado ministro, onde eram feitas severíssimas advertências aos que não colaborassem com as medidas de mobilização e preservação da ordem pública. E ele usou a expressão "inimigo interno" para bem caracterizar os maus patrícios. Isso é importante que se frise, pois testifica que tal expressão não foi "inventada" pelos que, como nós, participamos da Contrarrevolução de 31 de março de 1964, nem pelos governos militares, como alardeiam, alhures, esquerdistas, 'progressistas', socialistas, comunistas, 'et caterva'...

Diga-se que àquela época de guerra, foram tomadas rigorosíssimas providências de defesa passiva, para a manutenção da integridade do território nacional e de nossa soberania. Tais medidas, que abrangiam obrigações civis e militares, foram assaz difundidas, máxime na Capital Federal (Rio de Janeiro) pelos meios de comunicação social - o rádio e os jornais. Urge lembrar das ações beneméritas das rádios cariocas "Tupi" e "Tamoio" e dos jornais "O Globo", "Gazeta de Notícias", "Diário Carioca", "A Noite" etc, além da distribuição de cartazes impressos a todas as escolas e ao público em geral, alertando-os quanto a atos de espionagem e sabotagem, quiçá perpetrados pelos inimigos externo e interno (os traidores e vendilhões da Pátria), como o uso de 'bombas de tempo', ou 'bombas-relógio'; assaltos e roubos de armas dos quartéis; descarrilhamento de trens; incêndios criminosos; empastelamento de órgãos da mídia; perseguição a descendentes de alemães e italianos, país afora: o Brasil ainda não declarara guerra ao Japão; práticas de pífidas ações psicológicas etc, etc. Era um verdadeiro ambiente de beligerância, havendo, inclusive, instruções públicas para o uso de máscaras de gás. Ressalte-se que havia locais para o treinamento de tiro, inclusive em clubes esportivos do então Distrito Federal, como o Fluminense Futebol Clube, a entidade clubística que mais contribuiu para o esforço de guerra, como assinalam os cronistas daquele tempo. A vigilância, com vistas à repressão de ações subversivas e secretas como os 'quebra-quebra' e arruaças, era da responsabilidade do Departamento de Imprensa e Propaganda (o famoso DIP) do Estado Novo gestulista, em constante ligação com as polícias civil e militar.

Outrossim, apontamos a falsa afirmação de que navios de nossa frota mercante teriam sido afundados, propositadamente, pelos norte-americanos, a fim de forçar a entrada do Brasil na guerra. A

esse respeito, citamos o excelente livro "Torpedo - O Terror no Atlântico. O Torpedeamento de Navios Brasileiros e o Patrulhamento do Atlântico Sul", de autoria do Capitão de Marinha Mercante Marcus Vinicius de Lima Arantes, sem dúvida, a melhor e mais recente fonte de consulta sobre o tema. Na obra em comento, fundamental para a História Marítima Brasileira, há o ineditismo do relacionamento de todos os submarinos corsários que participaram das ações de torpedeamento, com as suas características técnicas, nomes e dados biográficos de seus comandantes, e, principalmente, de cada uma das torpes operações desencadeadas. A essas referências, gostaríamos de agregar a palavra insuspeita do general Plínio Pitaluga (como capitão, na FEB, foi o comandante do Esquadrão de Reconhecimento, a única tropa da Arma de Cavalaria a integrar a 1ª DIE), em um artigo que escreveu para "Letras em Marcha" (mai/jun de 1998), de título "Torpedeamentos dos Navios Brasileiros, Uma Lenda Ainda em Voga!" Disse o general em certo trecho do escrito: "Trinta e quatro navios da Marinha Mercante e quatro navios da Marinha de Guerra, nas águas do Mediterrâneo, no Atlântico Norte e nas costas nacionais, sofreram as ações fatais da campanha inimiga, na ânsia de impedir os fluxos logísticos às nações aliadas e mesmo às necessidades domésticas. Hoje, ainda e infelizmente, a falta de maior atividade da nossa mídia, em fase que continua a desafiar a ignorância histórica, subsiste a lenda de que os submarinos aliados, americanos e ingleses, com a finalidade de forçar o Brasil a declarar guerra ao Eixo, teriam torpedeado os nossos navios, numa ação que se realizada por aliados tradicionais e leais, seria vil e covarde. Nada mais inverídico". E afirmou por derradeiro: "Os nossos tradicionais aliados - americanos e ingleses -, jamais incorreriam num ato covarde, desumano e traiçoeiro, para levar o Brasil à guerra, quando nossa opinião pública, em sua grande maioria, se manifestara contrária às ditaduras e às ações e ameaças de falsos condutores dos destinos dos povos". Na competente bibliografia apresentada no histórico documento, o general Pitaluga faz referência a renomados historiadores militares tais como o general Paulo de Queiroz Duarte ("Dias de Guerra no Atlântico Sul"); o almirante Arthur Oscar Saldanha da Gama ("A Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial"), o capitão-de-mar-e-guerra Dino Willy Cozza ("Navios Brasileiros Torpedeados") e outros. Um breve parêntese: a Lei 5315/1967 reconheceu os que participaram efetivamente em missões de vigilância e segurança do litoral, como ex-combatentes da II Guerra Mundial (ficou conhecida como "Lei da Praia"). Atualmente, há duas já bem diminutas associações: a dos "Ex-Combatentes do Brasil" (os "boinas verdes") e a dos "Veteranos da FEB" (os de "boinas azuis").

As perdas humanas em consequência dos torpedeamentos foram de imensurável expressividade, chegando à cifra de 972 mortos (470 tripulantes e 502 passageiros). Observe-se que tal número foi maior do que o dobro de mortos da FEB (457 na campanha da Itália). A maior parte dos naufrágios se deveu a um único submarino alemão, o de prefixo U-507, na costa da Bahia e Sergipe, ao comando do muito cruel capitão-de-corveta Harro Schacht que lançava sempre dois torpedos sucessivos, um após o outro, não permitindo que tripulantes e passageiros abandonassem os navios. Entretanto, quiseram os fados que o U-507 ao emergir, em 13 de janeiro de 1943, a noroeste da cidade de Natal, fosse bombardeado e afundado por um avião 'catalina' dos EUA, não restando nenhum sobrevivente dos seus 54 tripulantes.

Que façamos, por merecidíssima justiça, um registro altamente encomiástico à Marinha do Brasil, pelo patrulhamento permanente de nosso extenso litoral e, particular e inicialmente, na escolta até ao estreito de Gibraltar, do 1º escalão da FEB pelos contratorpedeiros "Marcílio Dias", "Mariz e Barros" e "Greenhalgh", juntamente com belonaves norte-americanas, e de lá até Nápoles com vasos de guerra ingleses. Os demais quatro escalões seguiram também sob a proteção dos mencionados navios de nossa Armada e dos EUA, aos quais se juntou o cruzador "Rio Grande do Sul". "Bravo Zulu"!

**LINHA DO TEMPO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL CONFORME O LIVRO
“EFEMÉRIDES BRASILEIRAS” DO BARÃO DO RIO BRANCO**

Compilado por Luiz Ernani Caminha Giorgis

21 de abril de 1500 – Pedro Álvares Cabral, o capitão-mor da primeira armada que, após a expedição de Vasco da Gama, mandara à Índia o rei Dom Manuel, encontra plantas marinhas, primeiro indício da proximidade de Terra.

22 de abril – à tarde, avistou Cabral a primeira terra do Brasil, divisando um monte ao qual deu o nome de Monte Pascoal. Ao pôr do sol fundeou a seis milhas (+ - 9,5 Km) da costa, na altura da foz do (atualmente denominado) rio Caí.

23 de abril – Os navios de Cabral aproximam-se de terra e dão fundo à distância de meia légua da costa. O Capitão Nicolau Coelho vai à terra e troca presentes com os índios (ameríndios).

25 de abril – Os navios menores da esquadra de Cabral, reconhecendo a costa, da foz do Caí para o Norte, fundearam a 24 na enseada da Coroa Vermelha (depois Baía de Santa Cruz e Baía Cabrália). Os navios maiores, que haviam ancorado nesse dia a uma légua ao largo, reuniram-se no dia 25 aos exploradores. Foram dos primeiros a saltar em terra Bartolomeu Dias, Nicolau Coelho e Pero Vaz de Caminha.

26 de abril – Primeira missa celebrada no Brasil, no ilhéu da Coroa Vermelha, por Frei Henrique, depois Bispo de Ceuta.

1º de maio - Cerimônia da posse da terra descoberta por Pedro Álvares Cabral. Foi celebrada então a segunda missa no Brasil, diante da grande cruz de madeira plantada perto da praia, presentes Cabral, comandantes, oficiais, tropa e muitos indígenas. O quadro – Primeira missa no Brasil - do nosso Vítor Meireles, representa essa cena. Tem a data deste dia a célebre carta de Pero Vaz de Caminha, narrando ao rei Dom Manuel o descobrimento da sua ilha da Vera Cruz, logo depois chamada Terra de Santa Cruz (1501) e também Brasil (1503).

Comentários: a frota tinha treze navios (naus de panos redondos) e levava 1.200 homens, mais oito frades da Ordem de São Francisco, tendo como chefe Dom Henrique de Coimbra. Largou de Lisboa (Belém) no dia 09 de março, 2ª feira. A 21, os sinais de terra foram sargaços, ervas marinhas, aves aquáticas, madeiros flutuantes e águas esverdeadas. Os primeiros nomes foram Monte Pascoal e Terra de Vera Cruz. Depois, Terra de Santa Cruz. Em 24 os navios navegaram para o norte. Em um abrigo que Cabral denominou de Porto Seguro (depois chamado de Baía Cabrália), os navios menores fundearam. O ancoradouro foi na Baía Cabrália (16º e 21' de latitude sul). A carta de Caminha é datada de Porto Seguro a 1º de maio. Dois indígenas foram levados a bordo e apresentados a Cabral. Não houve entendimento nenhum pois eles falavam um dialeto tupiniquim. A pintura de Vítor Meireles não apresenta a 1ª missa e sim a 2ª. Durante a missa esteve desfraldada a bandeira da Ordem de Cristo. Em 1º de maio, foi erguida uma enorme cruz de madeira, feita por dois carpinteiros de bordo. Em 2 de maio, sábado, com onze navios, zarpou de Porto Seguro para as Índias. A expedição, conforme o livro de Manuel Nunes Dias (p. 176), teve um “nítido caráter de embaixada e de conquista”.

Referências

DIAS, Manuel Nunes. Descobrimento do Brasil (Processo conjuntural de longa duração). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

RIO BRANCO, Barão. Efemérides Brasileiras. Brasília; Senado Federal, 1999.

O revólver Smith & Wesson calibre .45 no Brasil

Vivaldo José Breternitz (*)

A história do revólver Smith & Wesson calibre .45 em nosso Exército está intimamente ligada a um dos períodos mais marcantes da nossa história militar: a modernização da força após a Primeira Guerra Mundial e a participação na Segunda Guerra.

Conhecida oficialmente no Brasil como Modelo 1937, essa arma é uma variação do revólver Smith & Wesson M1917 norte-americano, desenvolvido originalmente para suprir a escassez de pistolas Colt M1911 durante a Primeira Guerra Mundial.

Em 1937, o governo brasileiro firmou um contrato com a Smith & Wesson para a compra de 25 mil unidades do revólver no calibre .45 ACP (Automatic Colt Pistol); as primeiras dessas armas foram entregues em 1938. O objetivo era padronizar o armamento de porte com uma munição potente e de poder de parada reconhecido; além disso, revólveres da marca eram reconhecidos pela elevada qualidade de fabricação, pela confiabilidade mecânica e pela precisão, características essenciais para o emprego militar.

Essas armas saíram de fábrica com características exclusivas para o lote brasileiro, com o brasão da República estampado na placa lateral direita da armação; abaixo do qual constavam as inscrições "Estados Unidos do Brazil" e "15 de Novembro de 1889". Além disso, as placas de madeira da empunhadura eram de madeira zigrinada, diferentemente do padrão liso usado nos EUA.

Embora a pistola semiautomática Colt M1911A1 já fosse a arma de porte padrão mais distribuída, muitos de nossos militares cruzaram o Atlântico portando seus revólveres Modelo 1937, que provaram serem extremamente confiáveis sob as duras condições do inverno italiano, com muita neve e lama.

Há um ponto interessante envolvendo a utilização da munição usada pela arma, o cartucho .45 ACP. Como foi projetado para pistolas semiautomáticas, esse cartucho possui um estojo do tipo rimless (sem aro saliente na base). Em revólveres, a falta desse aro faz com que o cartucho vá diretamente para o fundo do tambor, além de impedir que o extrator puxe as cápsulas deflagradas.

Para solucionar isso, o Modelo 1937 utilizava os chamados half-moon clips (clipes em formato de meia-lua) ou full-moon clips (clipes circulares completos). Eram pequenas peças de aço plano que prendiam três ou seis cartuchos juntos pela ranhura da base, e agilizando o processo de recarga e permitindo a ejeção simultânea; muitos consideram esses clips como os primeiros "speed loaders" da história.



A aceitação da arma foi tão grande, que em 1946, o Brasil encomendou um segundo lote de aproximadamente 12 mil unidades para recompor e ampliar os estoques institucionais. As armas que compunham esse lote eram muito similares às do lote anterior.

O Smith & Wesson .45 permaneceu em serviço por cerca de cinco décadas, sendo definitivamente substituído no final dos anos 1970 pelas pistolas semiautomáticas de calibre 9mm. Hoje, o Modelo 1937 é uma das peças mais cobiçadas por colecionadores no Brasil e no mundo.

(*) Vivaldo José Breternitz, Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo, é professor, consultor e diretor do Fórum Brasileiro de Internet das Coisas – vjnitiz@gmail.com.

@@

Origem e definição da palavra ESCRAVO, visando dirimir dúvidas, conforme o Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa, de Antônio Geraldo da Cunha (a seguir)

adjetivo e substantivo masculino. Cativo, servo, indivíduo que vive em estado de absoluta servidão. De “scrauo”, século XV ou “escrauo”, do latim medieval “sclavus”, ou seja, igual ao grego bizantino “sklábos”, cuja acepção primitiva era “eslavo”. A translação do sentido decorre do fato de que, nos séculos VIII e IX, Carlos Magno e seus sucessores aprisionaram grande número de escravos, tornando-os cativos. É interessante assinalar que, enquanto em francês, italiano, inglês e alemão o vocábulo já aparece documentado desde os séculos XII e XIII, em português e em castelhano ele só ocorre a partir do século XV. Esta ocorrência tardia é devida, provavelmente, à concorrência de “cativo”, o qual já se documenta nestes idiomas, com as mesmas acepções de “escravo”, em época muito anterior. Já “eslavo” é o membro de um dos mais importantes e numerosos grupos étnicos da Europa, o qual compreende os russos (propriamente ditos), russos brancos, rutenos e ucranianos, búlgaros, iugoslavos, sérvios, croatas, eslovenos, checoslovacos, poloneses, etc.

BRASIL IMPERIAL (Rosimeire Viana, do Quora.com)

Após a Proclamação da República em 1889, a Princesa Isabel e sua família foram obrigadas a partir para o exílio, instalando-se na França. O casal adquiriu o Castelo d'Eu, localizado na Normandia, no norte da França. O local era mobiliado com diversos itens de decoração trazidos diretamente do Brasil, mantendo uma conexão com a pátria distante. Isabel viveu no castelo até o fim de seus dias, em uma rotina descrita como mais tranquila, embora marcada por episódios tristes e pela melancolia do distanciamento. Ela nunca retornou ao Brasil após ser exilada. O conflito, iniciado em 1914, afetou profundamente a vida da família. Dois de seus filhos, D. Luiz e D. Antonio, engajaram-se como voluntários no exército britânico. A perda desses filhos causou grande dor à Princesa Isabel. Isabel faleceu na Normandia em 14 de novembro de 1921, aos 75 anos, vítima de fraqueza cardíaca, congestão pulmonar e crise de uremia. Inicialmente, foi enterrada na França, sendo realizados serviços fúnebres em Paris e na Capela Real de São Luís de Dreux. Seus restos mortais permaneceram na Europa por 32 anos até serem repatriados para o Brasil em 1953. Desde 1971, ela repousa no Mausoléu Imperial, na Catedral de São Pedro de Alcântara, em Petrópolis, ao lado de seus pais, D. Pedro II e a Imperatriz Teresa Cristina.



Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Inf EMVeterano,
Presidente da AHMTB/RS (lecaminha@gmail.com);
Sites: www.ahimtb.org.br e www.acadhistoria.com.br;
Site do Núcleo de Estudos Estratégicos do CMS: www.nee.cms.eb.mil.br;
Blog da Delegacia da FAHMTB/RS em Recife, PE – Delegacia Heróis de Guararapes:
<http://historiapatriota.blogspot.com>